

REMUNERAÇÃO DA CADERNETA

**ESTUDO DA FECOMERCIO SP MOSTRA QUE CÁLCULO DA POUPANÇA
PRECISA MUDAR PARA ACOMPANHAR A NOVA REALIDADE GLOBAL**

O corte de 0,75 ponto porcentual na Selic, realizado pelo Banco Central em abril, trouxe a taxa básica de juros para 9% ao ano, o que, sem dúvidas, é uma boa notícia. Entretanto, a mudança levanta uma questão importante: como fica a caderneta de poupança?

A Assessoria Técnica da Fecomercio SP explica que as regras de rendimento da poupança são um limitador para a queda da Selic, uma vez que, se esta oferecer remuneração abaixo da poupança, haveria uma migração em massa para a caderneta, que é segura, líquida e rentável. Contudo, a Assessoria Técnica da entidade ressalva que os investimentos podem reunir até duas dessas características, mas nunca as três. Caso contrário, causam distorções no mercado.

O problema é que o modelo atual garante à caderneta de poupança uma remuneração semelhante às melhores aplicações existentes no mercado. Visando corrigir esta distorção, a Fecomercio SP apresentou o estudo "O cálculo da poupança precisa mudar para o bem do Brasil", que faz uma análise acerca da viabilidade e da necessidade de alterar as regras de rendimento deste investimento, adequando-o à nova realidade global.

De acordo com o estudo, as regras atuais para o cálculo da caderneta são injustificáveis e precisam ser revistas para possibilitar o desenvolvimento econômico, reduzir os juros para os tomadores de crédito e aliviar o câmbio, beneficiando tanto empresas, quanto empregados. Confira o estudo na íntegra no site: www.fecomercio.com.br



pág. 02

ANÁLISE

Descubra os prós e contras do cartão de crédito para sua loja



pág. 03

MERCADO

Para atrair mais usuários, DDA irá aceitar pagamentos atrasados



pág. 04

FINANÇAS

Poupança, CDB ou locação de imóveis, qual a melhor opção?



OS PRÓS E CONTRAS DO 'DINHEIRO DE PLÁSTICO'

O USO DE CARTÕES DE DÉBITO E CRÉDITO TROUXE MAIS SEGURANÇA E AGILIDADE PARA AS COMPRAS, MAS TAMBÉM ALGUMAS COMPLICAÇÕES E AUMENTO NO CUSTO

O uso do 'dinheiro de plástico' no dia a dia dos brasileiros é uma tendência crescente e irreversível, que trouxe consigo o poder de mudar o perfil do varejo nacional ao inserir na vida dos consumidores e empresários um meio de pagamento mais prático e seguro.

O uso massivo dos meios eletrônicos de pagamento (crédito ou débito) implicou no desenvolvimento de uma infraestrutura tecnológica de informática e de telecomunicações altamente sofisticada, que, juntamente com a obrigatoriedade de emissão de documento fiscal eletrônico, tornou possível garantir maior segurança nas transações financeiras e maior fiscalização por parte do governo.

Diante disso, podemos dizer que o estabelecimento comercial é a ponta de uma cadeia tecnológica de serviços que interliga as administradoras de cartões, os bancos, os consumidores e até mesmo o governo. Entretanto, é certo que toda essa sofisticação encareceu as operações no varejo e, caso a produtividade no comércio de bens e serviços não tivesse crescido, possivelmente as margens teriam que aumentar para cobrir os custos adicionais.

Dados do Banco Central mostram que as duas pontas da cadeia, consumidor e lojistas, têm transferido gigantescas somas de recursos para as administradoras de cartões de crédito. No fim de 2011, o número de cartões de crédito em circulação chegou a 687 milhões. Se considerarmos que a população brasileira tem 192 milhões de habitantes, em média, há pouco mais de 3,5 cartões por habitante. No mesmo ano, foram feitas 900 milhões de transações com cartões, movimentando

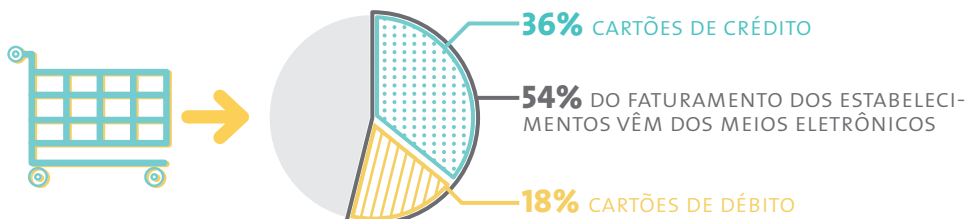
R\$ 77,7 bilhões. Para efeito de comparação, em 2011 foram movimentados somente R\$ 83,7 milhões por meio dos cheques. Forma de pagamento que, aliás, tem perdido espaço por conta da burocracia, pelos altos custos operacionais e pela baixa segurança que oferece.

Números da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito (ABECS) mostram que, nos últimos três anos, mais da metade do faturamento dos estabelecimentos comerciais (54%) advém dos meios eletrônicos. O destaque são os cartões de crédito, responsáveis por 36% do faturamento, enquanto os cartões de débito têm uma participação menor, porém significativa, de 18%. Contudo, nos estabelecimentos de grande porte a atuação dos meios eletrônicos no faturamento é ainda mais expressiva, atingindo até 60%, em alguns casos.

O fato é que as despesas com infraestrutura para o uso dos cartões nos pontos de vendas (tarifas bancárias e dificuldade de relacionamento com as administradoras, por exemplo), que deveria ser um custo das administradoras, foram repassadas para os varejistas que, motivados pelas exigências de consumidores, pela presença do concorrente e pela disposição de ampliar suas vendas, aderem cada vez mais aos meios eletrônicos de pagamento. Além do mais, as altas taxas de deságios para o pequeno varejista estão bem além do nível razoável e em alguns casos, inviabilizam os negócios. Ou seja, as administradoras viraram um grande sócio de qualquer empresa sem precisar investir nada, nem mesmo na infraestrutura que utilizam.



NO PAÍS HÁ POUCO MAIS DE 3,5 CARTÕES POR HABITANTE



BANCOS QUEREM AMPLIAR ALCANCE DO DDA

MEDIDA DEVE REDUZIR AS FILAS NOS BANCOS E PROPORCIONAR MAIS AGILIDADE NOS PAGAMENTOS



O Débito Direto Autorizado (DDA), criado em 2009, permite o recebimento eletrônico dos boletos bancários, economizando os recursos naturais que seriam gastos com a impressão e agilizando o processo de pagamento, que também pode ser feito por meio eletrônico. O sistema ainda proporciona maior controle das contas, oferecendo ao usuário – pessoa física ou jurídica – a possibilidade de visualizar todas as contas, tanto as que ainda precisam ser pagas

quanto as que já foram, em um único local.

A adesão ao sistema vem aumentando progressivamente. Desde seu primeiro mês de funcionamento, em outubro de 2009, até fevereiro de 2012, o DDA apresentou crescimento de 411%, saltando de 1,42 milhão de ativos sacados para 7,27 milhões. Apesar do crescimento expressivo, o sistema representa somente 10% do volume de cobrança diária de todo o Brasil.

Para aumentar sua aceitação, desde

o dia 19 de março, o DDA passou a aceitar o pagamento de boletos com atraso, corrigindo automaticamente o valor no sistema. O que evita erros de cálculo manual. Com a nova mudança, a expectativa é que 48 milhões de títulos vencidos sejam incluídos no DDA, aumentando o alcance do sistema. A medida tem a função, ainda, de reduzir o número de filas nas agências bancárias. Para participar do DDA basta procurar o seu banco e optar pelo sistema.

3º PRÊMIO
FECOMERCIO
de sustentabilidade

O MUNDO PRECISA
DE NOVAS IDEIAS.
VOCÊ TEM ALGUMA?



FUNDAÇÃO DOM CARRAL

FDC

CDSV

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE NO VAREJO

Para mudar hábitos e impactar a sociedade, a economia e o meio ambiente de maneira positiva, precisamos colocar novas ideias em prática. Se você pensa desta maneira, participe do 3º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade, que vai destacar práticas e projetos realmente inovadores.

Inscrições abertas. Para mais informações, acesse: www.fecomercio.com.br/sustentabilidade

IMÓVEIS PARA LOCAÇÃO SÃO UM BOM NEGÓCIO?

LOCAR UM IMÓVEL PODE SER TÃO RENTÁVEL QUANTO A POUPANÇA OU O CDB, MAS TEM MENOS LIQUIDEZ E SEGURANÇA

Há uma parcela significativa de pessoas que detêm alguma poupança pensando em alternativas à renda fixa e à caderneta de poupança, dada a redução dos rendimentos dessas aplicações. Uma boa ideia é a aquisição de imóveis para locação.

Entretanto, antes de decidir investir nesse mercado, o poupador deve levar em conta alguns aspectos extremamente específicos da administração de imóveis. Em primeiro lugar, há custos legais e burocráticos que devem ser levados em conta. Outro aspecto importante, além do simples retorno do capital investido, é o potencial de valorização do patrimônio. Também precisam ser considerados a demora em encontrar um locatário para o imóvel e, finalmente, o risco de o inquilino não pagar o aluguel, que, certamente, é maior do que o risco de um banco de primeira linha quebrar ou dar calote na sua poupança ou no seu Certificado de Depósito Bancário (CDB). Vamos explorar algumas possibilidades.

Vamos supor, para fins de análise, que o imóvel em questão custa R\$ 100 mil. Neste caso, o valor correlato que poderia ser investido em poupança ou CDB seria de R\$ 105 mil (valor do imóvel + 5%, corresponde aos gastos com documentação, certidões e escrituras). Como, a partir do momento em que compramos um imóvel nos tornamos responsáveis por seu condomínio, seria possível realizar aplicações adicionais de R\$ 500 por mês (que correspondem ao gasto mensal com condomínio e impostos até se encontrar um inquilino, o que leva, em média, seis meses). Assim, ao final de 36 meses (que correspondem aos 30 meses normais de um contrato de locação somados à média estimada de seis meses sem inquilino), o retorno desta aplicação a uma taxa média de rendimento de 0,55% ao mês seria de R\$ 131.500,00.

Portanto, a diferença entre o valor aplicado e o total, ao término do período, é de R\$ 23.500,00. Assim, para se obter o mesmo retorno, o aluguel mensal desse imóvel deveria ser de R\$ 730. De forma objetiva, o aplicador tem que conseguir um retorno de 0,7% a 0,75% do valor do imóvel para que as aplicações se equivalham. Todavia,



falta considerar um elemento importante: a valorização ou desvalorização do imóvel.

Ao final das duas aplicações, conforme a hipótese sugerida, o aplicador pode retirar R\$ 23.500,00 de rendimentos. Porém, no caso da aplicação bancária, ele pode sacar mais R\$ 108 mil. O valor inicialmente aplicado já corrigido. No caso do imóvel, o aplicador teria que contar com uma valorização de mais de R\$ 8 mil em 36 meses, pois se ele quiser vender, terá que contabilizar esse adicional para equivalência patrimonial, somado aos custos (cerca de 4%) e à demora na venda. Para que a equivalência seja total ao final dos três anos, o valor do imóvel tem de atingir R\$ 116 mil. Portanto, o imóvel teria que se valorizar ao redor de 4,5% ao ano. No passado recente, com alguma calma e critério na escolha de locais para aquisição de imóveis, principalmente nas principais cidades do Brasil, essa valorização era até fácil de se conseguir. A tarefa ainda é possível, porém não é trivial.

Também há a questão da segurança. Em primeiro lugar, uma locação de imóvel deve ser acompanhada de garantias reais, normalmente baseadas no caucionamento de outros imóveis de propriedade de um fiador. Existe, também, a figura do

seguro fiança, que não é muito apropriada, pois é caro para o locatário e de difícil resgate para o locador.

Outra possibilidade é o depósito adiantado de três meses de aluguel, que corresponde ao período que o locador teria para iniciar e terminar um processo de despejo por falta de pagamento. Hipótese que não cobre eventuais danos ao imóvel, débitos de gás, luz e os custos de regularização. Ou seja, o melhor é buscar um inquilino sério, com capacidade de pagamento e que tenha garantias reais. Isso minimiza as perdas por não pagamento, mas jamais iguala a segurança desse tipo de investimento à dos CDBs ou poupança.

ECONOMix **FECOMERCIO SP**
Representa muito para você.

PRÉSIDENTE: ABRAM SZAJMAN
DIRETOR EXECUTIVO: ANTONIO CARLOS BORGES
COLABORAÇÃO: ASSESSORIA TÉCNICA
COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO:
FISCHER2 INDÚSTRIA CRIATIVA
EDITOR CHEFE: JANDER RAMON
EDITORA EXECUTIVA: SELMA PANAZZO
PROJETO GRÁFICO E ARTE: TUTU
FALE COM A GENTE: AJ@FECOMERCIO.COM.BR
RUA DR. PLÍNIO BARRETO, 285 - BELA VISTA - 01313-020
SÃO PAULO - SP - WWW.FECOMERCIO.COM.BR